

POBREZA E QUALIDADE DE VIDA NOS MORROS CENTRAIS DE FLORIANÓPOLIS: A ESCALADA DE UM DISTANCIAMENTOⁱ

Poverty and standard of living on the central slum hills of Florianópolis: climbing over division

Margareth de Castro Afeche Pimentaⁱⁱ

Luís Fugazzola Pimentaⁱⁱⁱ

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Migrações recentes trazem populações do ambiente rural catarinense para ocupar os espaços mais altos e íngremes dos morros centrais de Florianópolis. O novo contexto que se inicia na década de 1990 configura uma pobreza de novo tipo, sem expectativas de emprego formal ou relativamente estável, em busca de estratégias de reprodução social num cenário adverso de precarização das condições de vida. Visando compreender esse *modus vivendi*, um longo período de convívio nos morros centrais permitiu romper as barreiras da suspeição e de mascaramento, indispensáveis para destituir o olhar das convicções ligeiras. Mesmo considerando o caráter relacional da qualidade de vida - em comparação com as condições do local de origem ou aos fluxos migratórios anteriores - faz-se necessário o reconhecimento das contínuas restrições impostas à reprodução da vida nos espaços urbanos. A evolução lenta da moradia, dependente da exígua capacidade de poupança familiar, desenha uma paisagem urbana com construções insistentemente inacabadas. Os serviços de saúde e de educação, assim como as dificuldades de circulação frustram as expectativas de apropriação da vida urbana. Às frágeis ocupações em áreas de risco em bairros sem infra-estrutura urbana vem se somar o medo constante da violência. Resta, então, como alento, o apoio daqueles que compartilham das mesmas sensações e angústias. A vida em comum do bairro tenta abrandar o sentimento de destituição.

Palavras-chave: pobreza; habitação; espaço urbano.

Abstract

Recent migrations bring rural populations to occupy the highest and steep areas of central mounts of Florianópolis. The new context that begins in the 90's sets a new type of poverty, with no expectation of formal or relatively stable employment, in search of strategies of social reproduction in an adverse scenario of precarious living conditions. To understand this *modus vivendi*, a long period of coexistence in central mounts allowed to break the barriers of the suspicion and disguise, indispensable to dismiss the look of minor convictions. Even considering the relational character of quality of life - compared with the conditions of the original place or the previous migration flows - it is necessary to recognize the continuing restrictions on the reproduction of life in urban spaces. The slow evolution of the housing, dependent of exígua capacity of familiar savings, draws an urban landscape with insistently unfinished constructions. The education and health services, as well as the circulation difficulties frustrate the expectations of an urban life appropriation. To the fragile occupations in areas of risk in neighborhoods without urban infrastructure adds the constant fear of the violence. It remains, then, as encouragement, the support of those that shares the same sensations and anxieties. The common life of the neighborhood tries to soften the feeling of deprivation.

Keywords: poverty; habitation; urban space.

FLORIANÓPOLIS E SEUS SUCESSIVOS CICLOS DE POBREZA

Florianópolis conheceu, como tantas cidades brasileiras, fluxos migratórios diferentes, dependentes das políticas econômicas aplicadas nos diversos períodos históricos. Do pós-guerra até a década de 1980, a formação da malha urbana promove processos extensivos de periferação, combinados a verticalidades acentuadas nas

áreas centrais. Deste ciclo econômico expansivo, os resultados urbanos acomodam-se à lógica especulativa do solo, estabelecendo a primazia das vias de circulação e a conseqüente fragmentação dos espaços residenciais, condizente com o perfil cultural desenvolvido pelas classes médias e altas de diferenciação social e, portanto, de elitização, concentrando-se em alguns pontos dos espaços urbanos (CLAVAL,1983). A razão

econômica encarrega-se de distribuir desigualmente as populações, quando a propriedade da terra, agindo livremente pelas leis do mercado e da estocagem especulativa - sem a contrapartida do papel que deveria ser desempenhado pelo Estado -, torna-se propulsora da dispersão, pela elevada gama de diferenciação da renda do solo. Os traços culturais de uma sociedade acostumada à exclusão, substituindo o reconhecimento do direito social por privilégios restritos a pequena parcela da população, reforçam procedimentos separativos, implicando na própria negação da formação de um espaço urbano coerente e unitário. Por isso, as cidades brasileiras tornam-se ilegíveis e mesquinhas, destituídas de todo o encantamento que poderia advir de espaços verdes e de uso coletivo. O sentido do público se rende aos impulsos privatistas e à lógica de mercantilização sem fim do lugar que poderia ser a construção da vida coletiva.

Após a década perdida nos anos 1980¹ e a aplicação das políticas neoliberais, sobrepõem-se, à herança discricionária, novas demandas das populações que, excluídas do meio rural, buscam se inserir no espaço da cidade. Esses novos habitantes deparam-se com problemas de outra ordem, pela falta de correspondência entre suas expectativas e a possibilidade de geração da renda, devido à redução das oportunidades de trabalho, decorrentes das novas determinações mundiais que incidem sobre a economia nacional (HARVEY, 1992). À diminuição dos empregos formais, soma-se, agora, a precarização das condições trabalhistas e a restrição imposta ao poder aquisitivo das classes médias urbanas que demandam menos serviços domésticos, atingindo, também, a

oferta de empregos informais, que constituíam as estratégias de sobrevivência das populações pauperizadas que chegavam às cidades.

Cada ciclo migratório apresenta, assim, características diferenciadas, dependendo das mudanças estruturais e dos fatores conjunturais que alteram a conformação urbana e as condições de vida na cidade. Pretende-se aqui analisar os novos dados da realidade urbana de Florianópolis, principalmente a pobreza urbana decorrente do acréscimo migratório recente, que deve ser compreendida a partir das atuais condições impostas pela política econômica e social dos governos que se sucederam, principalmente, a partir da década de 1990. Além dos fatores relacionados às políticas macro-econômicas, as intervenções municipais também contribuem para submeter os espaços da cidade à lógica mercantil, definindo a estrutura urbana e a distribuição geográfica das atividades econômicas e dos seus habitantes.

A década de 1990 significou um processo acelerado de apropriação das áreas consideradas, até então, de preservação permanente, em Florianópolis, destacando-se entre elas, o maior agrupamento montanhoso de sua área central. O Maciço Central de Florianópolis compõe-se desse conjunto de morros, situado entre a ponta insular leste de ligação centro-continente e os bairros residenciais de classe média e alta, no interior da área de maior centralidade² da Ilha de Santa Catarina. Se inicialmente a ocupação espalhasse pelas bordas de forma rarefeita, após os anos 1990, Florianópolis viu serem ocupadas as áreas mais íngremes e mais vulneráveis dos morros que separam o centro histórico de Florianópolis dos novos bairros residenciais



Figura 1 - O Maciço Central de Florianópolis na Ilha de Santa Catarina.
Fonte: Modificado a partir do Google Earth.

de classe média.

Devido à presença desse obstáculo natural e escorregando pelas bordas, a ocupação desenvolve-se lindeira à orla marítima no sentido das baías norte e sul e, sobretudo, em direção à constituição dos bairros “trás-os-morros³”, aonde vêm se localizar a Universidade Federal de Santa Catarina e diversas empresas estatais, sobretudo a partir dos anos 60, dando novo impulso ao desenvolvimento urbano local. Com esta evolução do processo de ocupação, o Maciço deixa de se configurar como obstáculo delimitador do centro histórico e passa a adquirir uma posição centralizada, constituindo-se em local privilegiado em termos de acessibilidade à rede de transportes e aos serviços urbanos. Pela exuberância de sua paisagem e sua localização privilegiada, o Maciço constitui hoje ponto de disputa latente entre a população instalada em áreas de preservação e os interesses de desenvolvimento turístico futuro. Grandes áreas em pousio, aguardando projetos futuros,

convivem com as ocupações irregulares, algumas em áreas de risco. A solução da apropriação de tão importante área para a centralidade de Florianópolis faz-se premente, pois o tempo conspira a favor da inevitabilidade de processos consolidados.

Conhecer a sociedade e o local em que se insere constitui-se em tarefa primeira se se pretende atuar na realidade de forma a compreender o espaço em sua particularidade, enquanto síntese de determinações diversas (MARX, 1973). Com isso, compreende-se que a mais ínfima partícula do espaço brasileiro depende de relações estruturais macro-econômicas, estabelecidas pelo Estado Nacional, em geral, de forma mais determinantes do que medidas mitigadoras locais quando efetivamente implantadas, o que raramente se processa, tendo em vista a sincronia que se tem observado entre o caráter das políticas públicas em suas diversas instâncias. Essa pesquisa parte, então, de um convívio com os moradores do Maciço Central, visando compreender as características desses

novos migrantes que ali chegaram após a década de 1990. Como pesquisadores, nossa contribuição no desvendamento da realidade objetivava não somente aproximar as díspares realidades comunitárias e acadêmicas, mas, sobretudo, mostrar para os próprios moradores uma visão de conjunto da situação em que estão inseridos, já que a realidade se mostra de forma aparente e fragmentária. Diversas apresentações com debates locais foram feitas, integrando famílias que, apesar de sua proximidade em termos sociais e espaciais, mal se conheciam. Além dos moradores e dos universitários, as casas paroquiais, líderes locais e associações comunitárias estiveram presentes numa discussão que partia da caracterização do local, de sua importância urbana, sua população, seus problemas.

APROXIMANDO-SE DA REALIDADE DOS MORROS CENTRAIS DE FLORIANÓPOLIS

Partindo da convivência por um período de aproximadamente cinco anos com as populações que ocupam as áreas mais altas dos morros centrais de Florianópolis, fez-se possível uma aproximação que permitiu combinar a observação direta com uma ampla pesquisa local. O trabalho sistemático semanal com a Escola Básica Lúcia do Livramento Mayvorme, a única localizada no Maciço Central, permitiu que os próprios estudantes – que reconheciam os pesquisadores como seus constantes animadores de atividades criativas – desempenhassem o papel de intermediários entre os pesquisadores e seus familiares. Participando ativamente do processo, os estudantes de 1º e 2º ciclos empenharam-se na realização das entrevistas, o que garantiu uma

ampla amostragem, mas também uma dedicação do tempo dos familiares para a obtenção de respostas com maior riqueza de detalhes. A equipe foi, então, recebida nas moradias de maneira informal, onde se deram grandes conversações nos lanches da tarde. Essa foi uma tentativa de romper o estigma de exterioridade, sem se ter a ilusão da observação participante (falsa participação num grupo estranho), mas preferencialmente adotando-se a “objetivação participante” que constitui uma prática difícil, porque “requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas [...], justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o 'interesse' do próprio objeto estudado para aquele que o estuda” (BOURDIEU, 1998, p. 51). O olhar do observador procura, então, “negar a evidência”. Trata-se de apreender uma realidade oculta, “que só se mostra enquanto fato banal das interações em que se dissimula a si própria” (BOURDIEU, 1998, p. 54). Trata-se de construir um espaço de interação, compreendendo as diferentes variáveis que incidem sobre o lugar, sem supor uma identificação com o grupo estudado.

Além dessas visitas domésticas, foram realizadas entrevistas com figuras-chave feitas em conjunto com estudantes do Maciço e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Partindo de entrevistas semi-direcionadas, foi elaborado um questionário mais preciso, no sentido de uma caracterização dos novos migrantes e das condições de vida nas áreas mais recentes de ocupação do Maciço Central de Florianópolis. Combinaram-se, então, os questionamentos semi-abertos e o questionário quantitativo com a técnica da entrevista não-diretiva, visando compreender melhor os dados genéricos, mas também,

partindo-se do pressuposto de que uma profundidade maior das respostas advém da ordem afetiva, mais determinante dos comportamentos “do que o que é apenas intelectualizado” (MICHELAT, 1981, p. 194).

Apesar de reconhecer que o “*homo academicus* goste do acabado” (BOURDIEU, 1998, p.19), a pesquisa nos morros de Florianópolis permitiu uma postura especulativa, mas, sobretudo, uma vivência agradável, contraposta aos pesados momentos e pressões que se tornaram corriqueiros no ambiente universitário brasileiro.

Uma caracterização precisa dessa população e de sua condição de vida deveria apoiar o conjunto de políticas públicas (sobretudo a qualificação e distribuição de políticas educacionais e de saúde), assim como a elaboração do plano diretor municipal, ultrapassando modelos genéricos que nem sempre se mostram indiscriminadamente adequados. Assim, partindo da caracterização populacional, procura-se relacionar aqui, a partir dessa pesquisa, os moradores (suas expectativas e carências) com o local aonde vivem, pensando o lugar enquanto arranjo de diferentes variáveis em movimento, como uma síntese que está sendo sempre feita e refeita (SANTOS, 1985).

Parte-se, então, de uma caracterização do lugar como resultado de sua evolução histórica até a sua apropriação pelos novos migrantes. Para isso, fez-se necessário compreender essas novas trajetórias que vem, a partir de sua peculiaridade, se apropriar de forma específica desse espaço inserido no centro urbano da cidade de Florianópolis. Do espaço herdado ao processo migratório resulta a constituição de um movimento de ocupação com características particulares, mas que

retratam a nova realidade da intensificação da ocupação dos morros brasileiros, onde os riscos ambientais se vêem agravados e a vida decorre sem vislumbre de superação.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS

O Maciço Central começa seu processo de ocupação no início do século passado, recebendo escravos libertos que, destituídos de bens materiais, vêm habitar as terras virgens dos morros centrais. Movimento posterior de segregação, decorrente da renovação da área central, promovida pelo urbanismo sanitário, reforça a característica prematura de localização da pobreza nos morros voltados à área central (MÜLLER, 2002). As populações deslocam-se, então, das áreas de várzea e alagadiças e começam a constituir moradia nas partes mais baixas do Maciço próxima ao centro urbano.

Com a expansão da ocupação urbana para a área Trás-os-Morros, principalmente a partir da década de 1960 (instalação da UFSC) e 70 (com a terminação da via de contorno norte), completa-se o preenchimento da mancha habitacional nas bases do contorno do Maciço (PIMENTA, 2005). A partir daí, começa o movimento de penetração em direção às cotas mais elevadas, disputadas por diferentes segmentos sociais. Já na década de 90, loteamentos de alto luxo eram aprovados, rompendo as limitações da cota de 100m, estabelecida pela legislação urbanística. Por se situar em posição privilegiada, não cessou de conhecer a conquista palmo a palmo tanto na sua vertente central quanto residencial, constituindo um mosaico retalhado de ocupações com bolsões de pobreza em seu interior.

Condizente com a herança do processo original de parcelamento do solo urbano - onde os lotes tradicionais partem das testadas das vias de acesso e estendem-se até os divisores das águas -, as vias de penetração avançam sempre perpendiculares às curvas de nível e, a partir delas, se configuram os movimentos sucessivos de ocupação do Maciço Central, retalhando os morros com cortes profundos e grandes declividades.

As populações das diversas frentes de ocupação avançam, então, perpendicularmente às curvas de nível, partindo das vias circundantes principais próximas às cotas zero em direção ao topo, com eixos centrais nos canais de drenagem, de onde partem pequenos acessos, configurando uma malha viária em “espinha-de-peixe”, sem conexões intermediárias entre os diferentes pontos de penetração (Fig. 2). Esse sistema de ocupação forma bairros estanques e desarticulados, tanto nas vertentes voltadas para a área central quanto naquelas voltadas para as áreas de bairros residenciais. Somente o Alto da Caieira faz a conexão - ainda de

forma precária - entre a área central, a baía sul e os bairros residenciais, o que o transforma em área de grande interesse especulativo e, por isso, local de tensão entre população local, investimentos empresariais e políticas públicas.

A falta de políticas habitacionais no Brasil empurra os novos fluxos migratórios para áreas cada vez mais íngremes e impróprias para ocupação. Os escassos investimentos estatais no setor, já assinalados na época de expansão da economia brasileira e, portanto, do processo de urbanização brasileira (BOLAFFI, 1975 e 1980), não fez mais do que se agravar com o descenso do ciclo expansionista.

Considerado pelo Plano Diretor vigente como Área de Preservação Permanente (APP)⁴, o Alto da Caieira está, hoje, totalmente ocupado, devido às mais recentes correntes migratórias vindas do interior do Estado. Tal ocupação, no entanto, não contraria o interesse dos proprietários de grandes estoques de terra que lá se localizam. A consolidação da mudança de estatuto (de APP para



Figura 2 - Ocupação dos canais de drenagem, transversal às curvas de nível, criam áreas isoladas.

regularização da ocupação) pode ser um passo decisivo para a liberação da área para a implantação de grandes empreendimentos, já que são capitais ligados ao setor turístico e hoteleiro que se anteciparam à apropriação da valorização de uma das paisagens mais especiais da Ilha de Santa Catarina.

OS NOVOS MORADORES DOS MORROS CENTRAIS

Área de migração recente, o Alto da Caieira recebe, principalmente, população do interior do Estado de Santa Catarina (67,74%), partindo, em sua maioria, do Planalto e do Oeste Catarinenses, regiões onde predominam a criação de gado e o sistema integrado da agroindústria frigorífica (aves e suínos), caracterizadas por um acentuado processo migratório na última década, devido à renovação tecnológica, altamente poupadora de mão-de-obra produtiva. A crise industrial do Vale do Itajaí e a própria pobreza interna na Grande Florianópolis foram, também, responsáveis pelo traslado das populações para o Morro. Os demais Estados do Sul completam a quase totalidade do fluxo migratório que veio povoar o Alto da Caieira. Esses imigrantes vieram a Florianópolis, estabelecendo-se na área central, em busca de melhores oportunidades de emprego que lhes faltaram no local de origem (54,95%) ou daquilo que qualificaram como melhores condições de vida, ou seja, acesso à moradia (assegurada pela casa própria, mesmo que irregular e precária) e aos serviços urbanos (serviços de saúde, principalmente). A presença de parentes ou conhecidos próximos foi um dos motivos que os trouxeram a Florianópolis e, mais especificamente, ao Maciço, pois em sua maioria (84,95% dos

casos), a presença de parentes na área foi decisiva para a escolha do local.

Grande parte dos moradores migrou para Florianópolis após os anos 90 (70,97%), com ligeira concentração no início da década (38,71%). É pequena a porcentagem de pessoas que está em Florianópolis há menos de 1 ano (12,90%) ou mesmo há menos de 2 anos (16,12%). Existe uma coincidência entre a porcentagem de migração para a cidade e para o Morro, o que indica que houve migração direta na última década (em torno de 71% dos moradores do Alto da Caieira). Dos moradores mais antigos, a porcentagem que morou em outra área da cidade antes de vir ao Morro é pequena e foi por tempo bastante limitado.

A população do Alto da Caieira constitui-se por famílias de migrantes que possuem filhos em idade escolar (30,11%) e pré-escolar (20,97%), o que deveria tornar o ensino uma preocupação fundamental das autoridades municipais e estaduais (Fig. 3). Os problemas das grandes cidades, em grande medida decorrentes da falta de emprego, mas também da precariedade dos serviços urbanos deixam os jovens e crianças sem perspectivas futuras, tornando-os suscetíveis às facilidades geradas pelo tráfico de drogas e pela criminalidade que permeiam a vida da comunidade local. Mesmo nas escolas, através do medo das crianças, revelam-se as brigas entre os diferentes grupos pelo controle do tráfico de drogas.

A falta de creches e o descaso com o ensino são características marcantes em áreas ocupadas por populações carentes. Das crianças em idade pré-escolar 82,05% não estudam, o que dificulta a possibilidade do trabalho feminino. Entre os menores de 7 anos, somente 2,56% estão em creches, 10,26% em



Figura 3 - Migrantes constituem família nos morros de Florianópolis.
Fotos dos autores.

pré-escolar e 5,13% já fazem a 1ª série. A desigualdade de formação entre os menores carentes e os filhos da classe média começa já na mais tenra idade, pois as oportunidades são desiguais. O acesso a jogos e estímulos inicia-se mais tarde entre aqueles que dependem da rede pública.

Apesar da maior parte de jovens e crianças freqüentar a escola, pode-se considerar elevada a porcentagem excluída (31,25%), levando-se em consideração a obrigatoriedade do ensino nesta faixa etária. Com poucas exceções, os que estudam têm a idade condizente com o ano escolar (cerca de 80% dos alunos). A política instituída de aprovação automática dos estudantes contribui, certamente, para esses índices bastante generosos. O baixo nível de aprovação no vestibular, conseguido pelas escolas públicas, depõe em sentido contrário.

A escolaridade dos adultos é surpreendentemente baixa. Um terço dos moradores não completou a 1ª fase (do 1º ao 4º ano) do 1º grau e 13,29% concluiu somente essa fase. Uma porcentagem deles avançou para a 2ª fase (5ª a 8ª série), mas não conseguiu

terminá-la (27,17%), o que resulta em que 70,52% da população possuem, no máximo, o 1º grau completo. Não tiveram nenhum estudo 8,09% dos residentes no Maciço. Apesar desses dados, somente 0,58% dos moradores está cursando o supletivo. As dificuldades de acesso à educação no lugar de origem desses migrantes, na sua maior parte, oriundos de áreas rurais, certamente contribuiu para esses baixos índices de escolaridade, o que dá um sentido ao processo migratório, visando o acesso aos serviços públicos para as novas gerações. Apesar da precariedade do sistema educacional, o deslocamento das classes médias - que abandonam o centro como local de residência em direção a outras áreas da cidade - permite aos novos moradores se apropriarem de um espaço bem equipado em termos de serviços. A difícil acessibilidade nessa Ilha comprida e alongada, destituída até a década de 1970 de um sistema de circulação, fez com que se localizassem, de forma concentrada, a quase totalidade dos serviços de saúde e educação no local. Os deslocamentos das classes médias deixam, atrás de si, uma oferta de equipamentos que

são, atualmente, utilizados pelas populações que ocupam os morros centrais. Assim, a oportunidade de utilização dos antigos equipamentos educacionais abre novas perspectivas de melhoria de qualidade de vida, principalmente, para os filhos dos migrantes do campo, apesar de toda deterioração do próprio ensino público. Diferentemente de outras cidades, o centro urbano em Florianópolis, relativamente coincidente com o centro geográfico e local de confluência do sistema de circulação urbana (inclusive da conexão ilha-continente), não conhece um processo acentuado de esvaziamento, mas sim de substituição de camadas sociais que moram nas suas proximidades e utilizam seus serviços urbanos. O deslocamento dessas populações implicaria numa série de efeitos de encadeamento em termos de serviços e equipamentos urbanos que deveriam fazer parte do pensamento urbanístico dos planejadores locais.

EMPREGO PRECÁRIO E TEMPORÁRIO, SALÁRIOS IRRISÓRIOS

Apesar de apresentar a possibilidade de maior acesso a serviços, a cidade representa uma precária inserção sócio-empregatícia, o que perdura na vida de gerações de migrantes, sem qualquer perspectiva de requalificação ou ascensão social. A construção civil é a grande empregadora da mão-de-obra masculina (pedreiro, servente, eletricista, carpinteiros), enquanto é no emprego doméstico que as mulheres encontram ocupação (empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras...). Além da atividade comercial (balconistas, comerciantes,..) e do emprego em instituições públicas (servidores) ou privadas, verifica-se

a existência do trabalho autônomo (pequenos serviços ou técnicos).

A mão-de-obra qualificada é pequena, considerando-se os técnicos (6,25%), autônomos (2,78%) e os servidores (4,17% do total da população). No mais, os empregos são, em geral, mal remunerados e instáveis, sendo que nem mesmo a metade dos trabalhadores possui carteira assinada. Um terço da população entrevistada encontra-se desempregada (30,56%), 20,83% possuem emprego temporário e 2,08% são autônomos.

A variedade de situações contempla desde empregos bastante recentes (menos de 6 meses) até grandes tempos de permanência – muitos estão há mais de 5 anos e alguns há mais de 20 anos no emprego. São, no entanto, os empregos mais comuns (construção civil e comércio) aqueles que apresentam o maior número de pessoas empregadas há menos de 6 meses, ou seja, fica clara aqui a instabilidade do emprego. No emprego doméstico é grande a porcentagem de pessoas empregadas recentemente, apesar de quase a metade manter seu emprego há mais de 5 anos, indicando uma vulnerabilidade maior na descontinuidade dos salários masculinos. É pequena, no entanto, a porcentagem de mulheres que trabalham, sendo que a renda familiar depende, em grande parte, dos instáveis salários masculinos. Até a década de 1980, os trabalhadores na construção civil possuíam vínculos empregatícios mais efetivos, sem a generalização dos contratos temporários de trabalho.

Uma primeira avaliação da renda familiar mostra que 9,68% dos entrevistados têm menos que um salário mínimo como renda familiar e mais de um terço deles (37,64%) contam com menos de dois salários mínimos

por mês. Se considerarmos o cálculo do DIEESE que conclui que o salário mínimo necessário deveria ser quatro vezes o salário atual, pode-se constatar que uma ínfima porcentagem entre eles (8,60%) recebe o que poderia ser considerado necessário à reprodução familiar como retribuição ao trabalho mensal. Como as famílias são, em geral, numerosas, a renda per capita passa a ser insignificante. Quase 50% da população vivem com menos de meio salário mínimo por pessoa, sendo que destes, 22% dispõem de menos de um quarto do salário para a totalidade dos gastos mensais pessoais, considerando-se o total dos entrevistados.

Apesar de empregados, a desigualdade social brasileira não permite que recebam o mínimo indispensável para a participação na vida social. O nível salarial dos empregos na construção civil, em residências familiares ou mesmo como servidores e autônomos, não permite a inclusão social ou o acesso à propriedade do solo urbano legalizado, obrigando à criação de um mercado paralelo de terras (HARVEY, 1980).

A fragilização das relações trabalhistas, generalizada a partir da década de 90, foi, assim, responsável pelo aumento da pobreza urbana. Às migrações rurais somam-se processos de instabilidade e de falta do emprego urbano, agravando a situação de exclusão estrutural dos países do Terceiro Mundo. A migração recente do Alto da Caieira reflete esse processo, atraindo uma população desqualificada em busca de melhores condições de vida, sobrevivendo com empregos precários e salários aviltantes.

HABITAR PRECARIAMENTE O ALTO DOS MORROS

O alto dos morros da área central de Florianópolis viu sua ocupação multiplicar-se exponencialmente na última década, em virtude do aumento da migração de setores rurais empobrecidos para a capital. Não dispondo de recursos suficientes para entrar no setor habitacional regularizado, são obrigados a procurar áreas residuais do espaço urbano, com custo comparativamente baixo de acesso à terra, quer se trate de ocupação direta, ou aquisição de terras de ocupantes anteriores. De posse de um pequeno pedaço de terra, ainda que irregular do ponto de vista das legislações urbanísticas, esses novos moradores viabilizam um lugar na cidade através da construção de moradia que, por muitos anos, permanecerá precária, sendo melhorada, na maioria das vezes lentamente, com a evolução da renda obtida pela família a partir de sua inserção no mercado de trabalho urbano.

As características sócio-econômicas das ocupações, aliadas às estratégias que a necessidade impõe aos moradores, produzem assentamentos habitacionais que, nos seus traços gerais, compõem uma paisagem que reflete, em si, a própria lógica do processo de ocupação. As residências são próprias, unifamiliares e isoladas em pequenos lotes, na esmagadora maioria dos casos. As habitações são produzidas através de autoconstrução, na medida das pequenas poupanças familiares, e levam muito tempo sendo construídas, ampliadas e melhoradas. Passam-se muitos anos para que as habitações tenham formas mais definitivas, permanecendo muitas vezes inacabadas. A paisagem adquire contornos de precariedade, com a paradoxal manutenção da característica provisória em caráter quase permanente, tanto pelos aspectos construtivos,

quanto pelas configurações mais gerais da implantação, dos arruamentos e dos parques serviços disponíveis (Fig.4).

As casas são, na grande maioria dos casos, utilizadas apenas para as funções de habitação (87,10%), não conjugando o seu uso com qualquer atividade geradora de renda. A grande maioria dos moradores construiu sua própria casa, comprando material de construção. O tamanho das casas é pequeno, refletindo as condições econômicas da população, sua reduzida capacidade de poupança e as próprias condições de produção da habitação. A quantificação da área disponível por pessoa em cada domicílio deixa clara a falta de condições para abrigar as famílias com as mínimas condições de conforto. Mais de um quarto das habitações dispõem de, no máximo, 5 m.² por morador, o que corresponde a uma situação aviltante em termos de alojamento. Tomando-se como parâmetro um número superior a 10 m.² por morador, o que ainda colocaria estas edificações “abaixo das superfícies mínimas reconhecidas como necessárias para preservar, ainda que pouco, a autonomia de cada membro da família” (FLAMAND, 1989, p. 301), encontrar-se-ia apenas 25% das casas nesta

categoria.

As precárias condições de higiene e conforto oferecidas pelas edificações, dificultando enormemente a vida das famílias, são expressas pelo percentual muito elevado de casas com banheiro externo. O banheiro externo é a primeira forma adotada na fase inicial da construção, constituindo-se de uma casinha de madeira, separada do corpo da casa, em geral situada nos fundos do terreno⁵ (Fig. 5). A passagem do banheiro para o corpo da construção é um dos planos de todas as famílias, pelo que significa em termos de condições mínimas de conforto, higiene e saúde, sobretudo nos períodos de temperaturas mais baixas, frequentes em Florianópolis.

As casas evoluem com o tempo, passando de um precário módulo em madeira que vai sendo acrescido de outros cômodos. As funções domésticas, inicialmente agrupadas, vão se desdobrando com os sucessivos acréscimos. O banheiro, em geral, constitui uma das últimas etapas a ser realizada, devido ao elevado custo construtivo. O porão aberto acaba recebendo a lavanderia. A construção gradativa, dependente da acumulação familiar, pressupõe a disponibilidade de

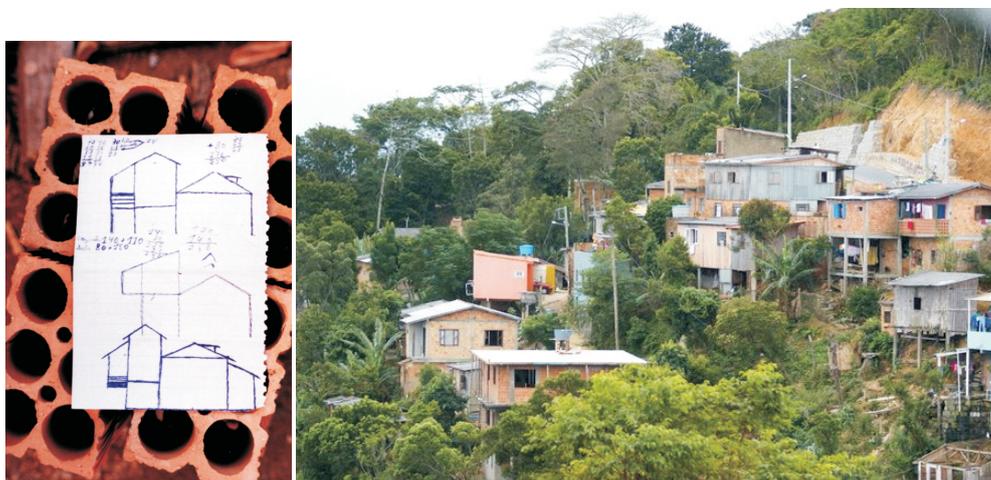


Fig. 4. O projeto da casa que permanece com aparência inacabada.
Fonte: Fotos dos autores.



Figura 5 - O banheiro externo que, às vezes, serve a mais de uma residência. Do lado direito, o banheiro de alvenaria colocado pelo Governo de SC.

Fonte: Fotos dos autores.

terrenos. Tanto o parcelamento desmesurado do solo quanto políticas municipais de construções em lotes muito pequenos (como é o caso de Florianópolis) acabam por impedir esse processo de melhoria habitacional.

As condições topográficas das áreas ocupadas pelas populações de baixa renda nos morros do Maciço Central de Florianópolis, de elevadas declividades, conduz à implantação das casas em duas formas básicas: 1. Casas diretamente apoiadas sobre o terreno, ou sobre pequenos pilares, ou conjuntos de elementos de suspensão variados, para compensar as declividades pequenas. Este tipo de implantação mais assentada sobre o solo não vem a ser garantia de boa estabilidade, pois os cortes e os aterros tornam os terrenos instáveis quando encharcados pelas chuvas e enxurradas; 2. A implantação das edificações é feita através da sua suspensão por pilares, compensando a alta declividade do terreno, geralmente com estruturas precárias de apoio, apresentando elevado risco de desestabilização (Fig.6). As fortes chuvas sazonais podem ocasionar danos de deslizamentos de solo, o que acrescido à baixa qualidade das estruturas coloca em risco todo o

processo de ocupação da área e de sua vizinhança.

A falta de infra-estrutura urbana coloca sérios problemas para a higiene e a saúde da população local. Não existe abastecimento de água nem sistema de esgoto. A água da CASAN (Companhia de Abastecimento) chega à RBS⁶, mas não para as populações carentes. Estas têm que improvisar canos de desvio da água da RBS, conhecidos por "gatos", que abastecem 77,42% da população entrevistada. Desta forma, confirma-se o fato de que 89,29% das casas não possuem medidor de água. Aqueles que nem mesmo podem ter acesso aos "gatos", devido, principalmente, à distância em relação às mangueiras, furam seus poços (17,20%). Um sistema duplo, constituído por poço e "gato", ocorre em poucos casos, devido ao custo de perfuração, mas pode diminuir os prejuízos causados pelos cortes ocorridos no abastecimento irregular (Fig. 7). A água corre intermitentemente e, não raras vezes, é cortada, quando existe ameaça de diminuição no fornecimento. Quem pode adquirir uma caixa d'água fica, então, em posição privilegiada, pois pode ainda estocar um pouco para superar a falta de

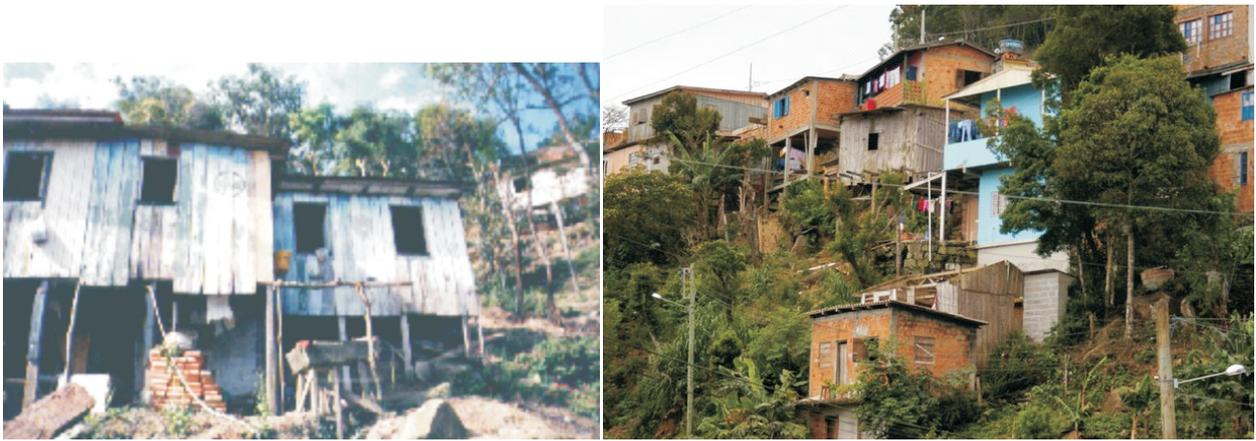


Figura 6 - Estruturas precárias procuram se adaptar às condições topográficas do local.

Fonte: Fotos dos autores.



Figura 7 - Os canos dos “gatos de água” são visíveis em todos os lugares.

Fonte: Fotos dos autores.

abastecimento. Algumas tentativas de corte de água, no sentido de promover a expulsão dos moradores foram realizadas sem sucesso, devido à forte reação suscitada e à perspectiva de repercussão da popularidade governamental. A reclamação de alguns moradores entrevistados é a constante falta de água que ocorre devido à ausência de um sistema de abastecimento legalizado.

O fornecimento de energia também se serve do sistema dos “gatos”. A maneira de superar a falta de energia foi encontrada na solidariedade local, com o alongamento da instalação para as casas excluídas do sistema legal (31,18%). Somente alguns moradores

(2,15%) não possuem qualquer serviço elétrico, seja por ainda não se relacionar com a vizinhança, pela expectativa de curta estadia ou pela dificuldade de localização. A quase totalidade das moradias tabuladas possui, assim, o abastecimento de energia elétrica. Entretanto, nem todas possuem medidor de luz.

Os serviços de telefonia, uma vez privatizados, oferecem-se à expansão do mercado. No entanto, ao fácil acesso do aparelho telefônico, não corresponde uma demanda solvável, já que a população não consegue pagar os custos das chamadas. Algumas profissões, principalmente

relacionadas a serviços, demandam o uso do aparelho celular (26,88%). Assim, possuem algum tipo de telefone 59,14% dos entrevistados. Apesar de todo o incentivo ao consumo desse bem, ainda é grande a porcentagem dos moradores que não possui nenhum tipo de telefone.

Como as ruas não têm nome e as casas não possuem números, não existe entrega domiciliar de correspondência. A maior parte da população dirige-se diretamente aos postos de correio (46,24%) ou serve-se da caixa comunitária (23,66%) dos moradores, localizada no bar do bairro. Apesar de terem vindo quase todos do Planalto e do Oeste Catarinenses, onde ainda residem familiares e amigos, um quarto da população não consegue utilizar o serviço de correspondência. Os bares e vendas desempenham um papel comercial, mas também de comunicação entre os moradores e difusão das notícias da comunidade. São atividades econômicas, geralmente estabelecidas pelos primeiros ocupantes, que sustentam, cobrando preços mais elevados, um varejo local. As rendas contadas e de curtíssimo prazo, aliadas às dificuldades de deslocamento perpetuam este segmento do “circuito inferior da economia” (SANTOS, 1979).

A coleta do lixo é feita através de um caminhão da concessionária municipal que recolhe o lixo em alguns pontos ao longo da via principal, onde existem poucos latões ou lixeiras, cujas dimensões são insuficientes para o armazenamento necessário. As pessoas têm que levar o lixo até esses locais, decidindo a periodicidade, o que não coincide com o ritmo da coleta pública. Existem, então, duas opções: ou o lixo fica acumulado nesses locais coletivos ou nos próprios terrenos. Terrenos pequenos

obrigam as crianças a disputarem o espaço da brincadeira com esses depósitos de dejetos. Nas ruas ou nos terrenos baldios, os detritos alimentares ou o lixo reciclável espalham-se, contribuindo para a deterioração do espaço comunitário.

A falta de infra-estrutura do bairro interfere negativamente na qualidade dos terrenos, transferindo para estes as estruturas de serviços básicos que o bairro deveria assegurar. A maioria das habitações do Alto da Caieira (55,91%) possui fossa séptica, o que seria condizente com condições de higiene satisfatórias, desde que sua localização não implicasse em contaminação da água para abastecimento, o que ocorre em grande parte dos casos. Grande porcentagem das casas ainda faz uso da fossa negra ou do esgoto a céu aberto, somando ao todo 43,01% do total de entrevistados. Estas pessoas convivem diariamente em contato direto com o solo degradado, o que aumenta o perigo de contágio e disseminação de doenças. O esgoto jogado a céu aberto invade terrenos contíguos, dependendo da declividade do terreno. É causa de desavenças entre vizinhos, assim como o lixo queimado ou depositado, que pioram as condições sanitárias locais.

O poder público, pela omissão ou escolha diferencial em relação à distribuição dos serviços públicos, não faz mais do que agravar as condições de vida dessas populações que já haviam sido atingidas por uma primeira expropriação, aquela decorrente de um processo de acumulação baseado na transferência do valor gerado pelo trabalho e que, para isso, supõe a formação de amplos reservatórios de mão-de-obra que se aglomeram nas cidades à espera de uma oportunidade cada vez mais intermitente e

precária. Por outro lado, a fraca percepção dos moradores, enquanto portadores de direitos, submete-os mais aos estímulos do consumo e às promessas eleitorais do que promove ações reivindicativas em termos de condições de vida e de dignidade (SANTOS, 1987).

O acesso aos serviços públicos estabelece o marco divisório entre populações reconhecidas e aquelas que, apesar de desempenharem um papel importante no processo de acumulação de riquezas, são consideradas - tal qual os migrantes nos países do Primeiro Mundo - os intrusos na cidade. O Estado, em seus diferentes níveis e escalas, reforça a distinção entre classes, utilizando a pobreza de forma eleitoral e clientelista, sem se propor a reconhecer a possibilidade de tratamento equânime no acesso aos serviços públicos essenciais.

ENTRE TIROS E MORTES, SOBRA O DESAMPARO... MAS, TAMBÉM, OS VIZINHOS

A sensação de tranqüilidade presente no Alto da Caieira, não se deve, certamente, ao fato dos moradores se sentirem amparados em relação à segurança. A criminalidade e a falta de segurança são responsáveis por grande parte das respostas sobre as desvantagens de se morar no local. Associados ao tráfico de drogas, os tiroteios difundem o medo entre crianças que se recusam a ir ou a voltar das escolas, que devem enfrentar, além da responsabilidade pelo aprendizado, a difícil tarefa de educar filhos de pais assassinados ou ainda de jovens jurados de morte. Alguns jovens e crianças vão para a escola com o rosto semi-escondido, retratando o medo em seus semblantes intranqüilos.

As inúmeras solicitações para o aumento

da segurança pública nos morros ficam sem resposta ou se processam de forma intermitente, quando as repercussões na imprensa obrigam a medidas emergenciais. Essas respostas acontecem por um curto período, quando existe pressão da comunidade frente ao poder público, geralmente após a sucessão de acontecimentos trágicos.

As noites dormidas no chão testemunham o convívio com as balas que se dispersam entre as casas e as vielas do morro. O medo toma conta dos moradores que permanecem no local, por falta de alternativas viáveis. Alguns moradores anunciavam permanentemente seus imóveis para venda, aguardando a oportunidade de poder escapar ao perigo que se aproxima e se agrava com o passar do tempo. Agora, aguardam a perspectiva da regularização fundiária para decidirem seus destinos. Se existem elementos desagregadores da vida comunitária, são certamente a insegurança e o medo.

O abandono institucional, paradoxalmente, estimula comportamentos de solidariedade. Grande parte das pessoas entrevistadas considera que seus vizinhos são próximos (63,44%) ou conhecidos (31,18%). Somente 5,38% dos entrevistados não se relacionam com os vizinhos. O fato de ser uma população de recém-chegados e de possuir vínculos anteriores de parentesco ou de amizade no morro provoca complexas relações de apoio e de identidade. Os que chegam sem qualquer conhecimento prévio não ficam abandonados. "Por poder sentir a fome do outro" (palavras ditas no local), a população local acaba se ajudando mutuamente e socorrendo aqueles que ainda estão se instalando.

Embora existam disputas, principalmente entre os interessados em presidir as associações locais, a comunidade local tenta se organizar para reivindicar alguns benefícios para o Morro. Recuperam, assim, a auto-estima quando se colocam na posição de portadores de direitos. O relacionamento entre os membros da comunidade ocorre de forma contraditória. Submetidos a todo tipo de pressão por parte dos partidos políticos e dirigentes locais, os moradores oscilam entre a desconfiança e o oportunismo. Os discursos variados e sedutores confrontam-se com a dúvida, decorrente da percepção da desigualdade entre interlocutores. No entanto, a identidade das condições impostas, a proximidade dos problemas e a necessidade quase cotidiana de ajuda mútua contribuem para uma aproximação entre vizinhos e moradores.

62

As vantagens que a área apresenta em termos de localização – proximidade ao centro e serviços urbanos – também contribui para a fixação das populações, principalmente numa cidade onde o sistema de transporte é deficitário e o custo levado. A maior parte da população do Maciço trabalha no distrito sede (68%) ou redondezas. Irradiada a partir do centro, a rede de transporte atua como fator de concentração locacional, privilegiando a proximidade ao núcleo histórico, de onde partem as linhas que abastecem desigualmente as zonas urbanas à medida que se afastam em direção aos extremos da ilha ou das áreas continentais.

A maior parte encontra prazer em residir no local. Entre aqueles que têm algum tipo de satisfação em morar no Alto da Caieira, destaca-se a proximidade do centro como fator determinante, devido à acessibilidade ao

trabalho, aos transportes públicos e aos serviços urbanos. Contrariando a visão estabelecida que, em geral, estabelece o vínculo entre pobreza e necessidades imediatas de reprodução da vida, os moradores do Maciço obstinam-se em preservar e cultivar sua capacidade de buscar o deleite estético. Assim, sem ter sido induzida em nenhum momento, a paisagem (9,17%) aparece como uma vantagem de se morar no Alto da Caieira. Talvez essa inserção seja responsável pelo sentimento de tranquilidade local (17,43%). Habitar no interior de uma área ainda verde, inserida no centro urbano, próxima aos serviços que a cidade pode oferecer e, ainda, com uma vista geral da cidade que engloba todo o Distrito-Sede (a baía sul, o centro histórico e os bairros residenciais) faz do Alto da Caieira, certamente, um dos lugares mais bem localizado da Ilha de Santa Catarina e, por isso, foco da cobiça de interesses diversos (Fig.8).

DESIGUALDADE AGRAVADA EM NOME DA PREOCUPAÇÃO COM A POBREZA

Ultrapassado o período ditatorial, esperou-se que o Brasil fosse rumar no sentido da constituição de uma nação com um projeto de desenvolvimento, voltado à diminuição das desigualdades sociais. Os sucessivos governos após o início da década de 90 empenharam-se, no entanto, na inserção submissa aos desígnios do capital financeiro internacional, promovendo processos de transferência patrimonial das empresas estatais (as privatizações), uma política centrada em juros elevados e controle do câmbio, estagnação econômica, desemprego e empobrecimento generalizado da população rural e urbana (TAVARES, 1999). Mantidas as diretrizes da



Figura 8 - Vista geral do Maciço Central, mostrando sua ocupação, o aterro e a área do centro histórico (à esquerda) e os bairros residenciais (à direita).

Fonte: <http://antesqueanaturezamorra.blogspot.com>

política econômica, o Brasil concentrou-se na exportação de produtos agrícolas ou minerais, abrindo mão do desenvolvimento tecnológico e diversificação do parque industrial, com repercussões importantes sobre o mundo do trabalho. A supervalorização da moeda acaba por melhorar, em dólares, a renda das camadas mais pobres da população, o que não significa redução das desigualdades ou da concentração da renda, tendo em vista a queda contínua da massa salarial na renda nacional⁷. Se os grandes fluxos migratórios nacionais anteriores coincidiram com ciclos expansionistas da economia brasileira e, assim, com o aumento da oferta do emprego urbano, os anos 80 caracterizam-se pela indecisão governamental e estagnação econômica. A reviravolta processa-se a partir dos anos 1990 que são marcados pela perversa abertura indiscriminada dos mercados aos produtos importados e pelo sucateamento do patrimônio econômico e industrial nacionais. Os traços fundamentais da política de ajustes

econômicos – estabilização da moeda, elevação das taxas de juros, flexibilidade das relações de trabalho -, permanecem, visando promover, em primeiro plano, o pagamento dos credores internacionais (OLIVEIRA, 2003). A substituição de uma política tecnológica e industrial pelo empenho exportador promove a concentração da propriedade fundiária ligada ao *agrobusiness*, urbanizando populações sem a correspondente geração de empregos. A cidade torna-se o pior dos mundos. Combina, agora, expulsão do mercado de trabalho e falta de assistência governamental em termos das necessidades fundamentais, devido à criação das necessidades impostas pela condição urbana e a carência de serviços públicos.

O Estado promove a exclusão social pela adoção de políticas econômicas concentradoras, mas também, pelo abandono do seu papel de promotor de políticas de bem-estar social que, mesmo precariamente implantadas, haviam sido reconhecidas, no

passado, como um direito público sob sua responsabilidade (OLIVEIRA, 1982). Agora, delega tudo à lógica de mercado, exatamente no momento da diminuição acentuada da parcela de população que pode se constituir em demanda efetiva, devido à redução da massa salarial e do emprego. Os recém-chegados inserem-se, assim, precariamente em empregos cada vez mais temporários e instáveis, dependentes que são, direta ou indiretamente, da renda declinante das classes médias urbanas. O tempo de instalação prolonga-se sem previsão: a casa inacabada, a escola sem professores, o serviço de saúde adiado e o emprego esperado que não chega. Tal é a situação que pode ser observada no Maciço Central de Florianópolis, um local que trás em si, agora, desta forma, a generalidade dos processos sociais que caracterizam as atuais cidades brasileiras.

A perversa política governamental de substituição dos direitos à cidadania por medidas assistencialistas faz-se acompanhar de um aumento do processo de favelização, de manutenção da baixa qualidade de ensino e da assistência em termos de saúde, o que retira das populações empobrecidas a perspectiva de ascensão social das novas gerações que habitam os morros centrais de Florianópolis.

Ao aumento das migrações dos colarinhos brancos e das classes médias metropolitanas que chegam à Florianópolis, fugindo da criminalidade na década de 1990, corresponde o outro lado da realidade: a tendência da exclusão ao absoluto. Talvez, aqui, resida a verdadeira violência urbana, todas as demais podem ser daí decorrentes.

NOTAS

ⁱ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Programa Pró-Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ⁱⁱ Arquiteta e Urbanista; Doutora pela Universidade de Paris IV (Sorbonne); Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Pós-Graduação em “Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade” e da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “História, Cultura e Desenho da Cidade” - CIDADHIS (UFSC/CNPq).

E-mail: pimenta.margareth@gmail.com

ⁱⁱⁱ Arquiteto e Urbanista; Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pesquisador do Grupo de Pesquisa “História, Cultura e Desenho da Cidade” - CIDADHIS (UFSC/CNPq).

E-mail: fugazzola@gmail.com

¹ Há os que consideram a década de 90 mais que perdida, tendo em vista menor taxa média de investimento e piora em sua composição, “pois o peso dos bens de capital caiu de 34% em 1990 para cerca de 25% em 1996-1997” (CANO, 2000, p.274). A taxa média anual de crescimento do setor industrial foi de 0,2%, pior do que os 0,9% da década de 80. As taxas oficiais de desemprego, por sua vez, mais do que duplicaram durante a década de 90, saindo dos 3,3% da PEA (população economicamente ativa) em 1989 para 7,6% em 1999 (CARCANHOLO, s/d.).

² Deve-se a Henri Lefèbvre (1969 e 1974) o conceito de centralidade aqui utilizado.

³ Assim eram chamados os bairros que ficavam atrás dos morros que constituem o Maciço Central de Florianópolis.

⁴ A delimitação das APPs do Plano Diretor de Florianópolis (aprovado em 1997, mas ainda vigente) condiz com o Código Florestal que determina a preservação permanente do cume dos morros.

⁵ Em 2003, 62,37% das casas do Alto da Caieira não tinham banheiro interno (PIMENTA; PIMENTA, 2002 e 2002a). Eles eram, em sua maior parte, de madeira. O Governo do Estado de Santa Catarina andou substituindo-os por banheiros de tijolo e parte deles foram anexados às residências. No entanto, essa iniciativa contemplou somente parte da população instalada.

⁶ Rede local da TV Globo, situada no Alto no Maciço do Morro da Cruz.

⁷ Segundo Pochmann (2008), presidente do IPEA, órgão governamental, a participação dos salários na renda do país vem caindo por cinco décadas seguidas, o que caracteriza um rebaixamento da valorização do trabalho e um aumento da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. *Ensaio de Opinião*, São Paulo, Vol. 2, N° 1, p. 73-83, 1975.

BOLAFFI, Gabriel. Para uma nova política

habitacional e urbana: Possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. In.: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p.176-196.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1998.

CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARCANHOLO, M. D. *A década mais do que perdida: vulnerabilidade e restrição externas no Brasil nos anos 90*, s/d. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/14_CARCANHOLO.pdf. Acesso: 10/7/2010.

CLAVAL, Paul. *Logique des Villes*. Paris: Litec, 1983.

FLAMAND, Jean-Paul. *Loger le Peuple*. Paris: La Découverte, 1989

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. SP: Hucitec, 1980.

HARVEY, David (1989). *Condição Pós-Moderna*. SP: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. SP: Ed. Documento, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica investigação social e enquête operária*. São Paulo: Pólis, 1981, p.191-211.

MÜLLER, Gláucia R. R. *A influência do*

urbanismo sanitaria na transformação do espaço urbano de Florianópolis. 2002. Dissertação (Mestrado), Geografia, UFSC

OLIVEIRA, Francisco de. (1982). O Estado e o urbano no Brasil. In.: *Espaço e Debates*, vol. 6: 36-54.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – o Ornitórrinco*. SP: Boitempo, 2003

PIMENTA, Margareth. Florianópolis como espaço do público. In: PIMENTA, Margareth (org.). *Florianópolis: do outro lado do espelho*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005, p.35-60.

PIMENTA, Luís Fugazzola & PIMENTA, Margareth C.A. Exclusão política e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS URBANOS: DESAFIOS E SOLUÇÕES, I, *Anais do I Seminário Nacional*. Curitiba: UFPR, 2002, p.1162-1171.

PIMENTA, Luís Fugazzola & PIMENTA,

Margareth C.A. Políticas públicas e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central em Florianópolis. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), XIII, 2002, *Ouro Preto. Anais do XIII Encontro Nacional*. Ouro Preto: ABEP, 2002a, p.1-20, cd-rom.

POCHMANN, Márcio. Entrevista a Antonio Biondi. *Carta Maior*, maio de 2008.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. RJ: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

TAVARES, M. da Conceição. *Destruição não-criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.